

Mendonça de Barros: “É hora de flexibilizar”

Secretário de Política Econômica revela que aceleração de preços em outubro passado ameaçou o plano de estabilização econômica

por Teodomiro Braga
de Belo Horizonte



José Roberto Mendonça de Barros

Exibindo gráficos e estatísticas, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, afirma: o governo venceu sua primeira batalha contra o dragão da inflação após a implantação do Plano Real, mas a aceleração de preços verificada a partir de outubro passado ameaçou pôr à pique o programa de estabilização da economia. “A evolução dos índices deixa claro que corremos um grande risco de retomada da inflação alta, em função do aquecimento excessivo da economia”, diz o secretário. Ele não vacila em afirmar que o surto inflacionário já está debelado e por isso o momento é de “flexibilizar” o aperto dado na política monetária.

A avaliação se baseia na evolução do Índice de Preços por Atacado – Oferta Global da Indústria de Transformação, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, excluídos o setor de alimentos e combustíveis. O dado que expressa a vitória da equipe econômica é a taxa de agosto: 0,37%. Anualizada, esse índice corresponde a apenas 4,53%, quatro vezes inferior à taxa de 16,66% acumulada nos últimos 12 meses. O indicador que melhor demonstra o perigo que rondou o Plano Real é a taxa de abril passado: 2,75%. Anualizada, essa taxa dá 38,48%, quase o triplo do índice de 13,96% apurado nos 12 meses anteriores. Todos os nove principais setores da indústria de transformação apresentavam, até abril, taxa mensal de inflação superior à mês anterior. Agora, todos os setores exibem desaceleração no aumento de preços.

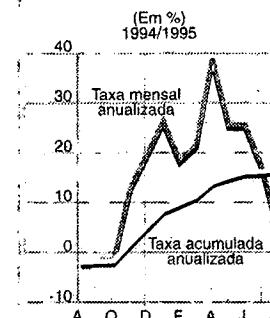
O programa de estabilização esteve ameaçado, revela Mendonça de Barros, sobretudo entre os meses de março e abril: quando o aquecimento da economia atingiu seu auge, provocando uma perigosa contrapartida nos índices inflacionários. O melhor retrato daquela situação, aponta ele, é o gráfico sobre a trajetória do IPA-OG excluídos o setor de alimentos e combustíveis. Os preços dos alimentos industrializados foram retirados dos cálculos porque estavam influenciados por problemas climáticos e os dos combustíveis porque estavam conge-

multaneamente com outra frente de batalha que ocupava as autoridades econômicas: o desajuste na balança comercial, com os crescentes déficits que afetaram as reservas internacionais do País, e os movimentos de saída de capital estrangeiro. “O pessimismo era grande”, lembra o secretário de Política Econômica, assinalando que a ascensão dos índices de inflação na indústria de transformação começou em outubro, enquanto os problemas na área externa surgiram a partir da derrocada do México, no final de 1994, nas vésperas da posse de Fernando Henrique.

“A evolução das taxas de inflação mostra que não tínhamos outra opção senão o desaquecimento da economia. Tinha se formado o quadro clássico de excesso de demanda”, afirma Mendonça de Barros. Ele diz que faz questão de realçar aquela conjuntura vivida pelo País no início do ano porque hoje, a seu ver, muitos dos críticos do Plano Real, tendem a minimizar aqueles problemas, sustentando que as medidas anti-consumo adotadas pelo governo foram desnecessárias ou fortes demais.

“Naquele momento o desaquecimento da economia era

Indústria de transformação



Exclusive petróleo e produtos alimentares
A partir de agosto de 1995 o cálculo do
acumulado ao ano considera o acumulado dos
últimos 12 meses e não mais o acumulado
anualizado

o processo foi completamente revertido. Os objetivos foram atingidos e o momento agora é de flexibilizar as políticas, de reduzir as taxas de juros, diminuir os depósitos compulsórios”, anuncia ele. Ele descreve o ambiente econômico atual como “desanuviado”, como a inflação e o balanço de pagamentos sob controle, permitindo um crescimento equilibrado da economia, daqui para a frente, sem os altos e baixos verificados nos oito primeiros meses. “Nesse período tivemos o pior e o melhor dos mundos: o pior foi a quebra do México e o melhor a colocação do bônus do Tesouro Nacional no Japão, a taxas muito baixas”.

Sem as turbulências da fase encerrada em agosto, aponta Mendonça de Barros, “será muito mais fácil para todos”. Ele vislumbra uma nova e mais duradoura etapa do Plano Real, com crescimento anual na faixa de 5% ao ano. “Este é um nível de crescimento financeirável do ponto de vista do balanço de pagamentos e que não gera nenhuma pressão de preços”, explica. Nem mesmo o início do processo de recomposição das tarifas públicas e dos dissídios coletivos das principais

categorias de trabalhadores preocupam o secretário de Política Econômica.

O processo de aumento dos preços públicos, argumenta ele, entrou no espírito do Plano, deixando para trás o velho conceito das correções com base na inflação passada para incorporar ítems como produtividade e volume de vendas. Da mesma forma, acrescenta, as negociações salariais também estão absorvendo estes novos prin-

cípios. Também está contribuindo de forma positiva para a consolidação da estabilização, aponta, o melhor ajustamento da população à inflação baixa, o que acabou com a sede de consumo dos primeiros meses do Plano Real e o endividamento que se mede os custos.

“O plano está razoavelmente redondo”, conclui José Roberto Mendonça de Barros. Otimista, ele diz que a retomada das vendas já reco-

meceu, citando o aumento nas consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) em São Paulo, que atingiu 75 mil consultas por semana, neste mês, contra média de 72 mil em agosto. Confiante, não vislumbra nenhum problema no horizonte que possa ameaçar esta nova fase do Plano Real. “Os desafios que temos pela frente são administração no dia-a-dia da política econômica e o embate das reformas no Congresso”

O quadro de crescimento exacerbado da demanda, expõe Mendonça, ocorria si-